

EUA julgam informalmente

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Não existe, nos Estados Unidos, um sistema federal unificado e metódico de avaliação do desempenho acadêmico das universidades e cursos superiores do país. O que não quer dizer que as universidades americanas não sofram nenhum tipo de escrutínio sobre a qualidade de seu ensino e sua produção acadêmica. Ele é apenas descentralizado, muitas vezes informal, e levado a cabo em grande parte pelos próprios alunos, professores, conselhos internos de cada universidade, por especialistas privados em educação e, em última instância, pelo governo federal.

Apesar da disparidade de *juízes*, o "julgamento" sempre obedece a critérios semelhantes. Eles vão desde o número de intelectuais e cientistas de renome em seu corpo docente, e trabalhos por ele publicados — levando em conta a sua relevância no avanço do conhecimento humano — até as pesquisas realizadas por uma instituição, passando pelo número de professores por alunos, suas instalações — bibliotecas, salas de aula, ginásios de esporte — e sua localização — se ela está próxima, por exemplo, dos grandes centros aproveitadores e geradores de uma atividade específica que ela traz em seu currículo.

Entram ainda como critérios para esse exame a quantidade de bolsas de estudo que uma universidade oferece ao seu corpo de estudantes, o volume de dinheiro que ela recebe anualmente, de governos ou instituições privadas, para desenvolver atividades de pesquisa, e ainda a facilidade com que seus formandos conseguem um lugar no mercado de trabalho. A avaliação busca examinar não o desempenho geral de uma instituição universitária, mas de cada um de seus cursos individuais.

Talvez a mais importante das avaliações seja também a mais informal, aquela levada a cabo pelos próprios professores universitários.

Seus parâmetros são flexíveis, demarcados na maioria das vezes pela freqüência com que membros do corpo docente de uma determinada universidade são convidados para simpósios ou seminários em seus campos de estudo ou têm seus livros resenhados por seus pares em jornais e revistas acadêmicas. É desta quantificação, e da análise da contribuição de seus professores ao debate científico e intelectual, que parte um conselho interno à cada instituição de ensino superior para rever, ano a ano, a qualidade do ensino em seus cursos e o desempenho de seus mestres.

Nessa análise é levada em conta ainda a avaliação feita por estudantes, a cada fim de semestre, sobre o desempenho de seus professores na sala de aula, a disponibilidade de livros sobre um determinado assunto na biblioteca e o conforto e tranqüilidade oferecidos por suas instalações. Esse conselho leva em conta ainda o desempenho do aluno, examinado pelo método tradicional de provas e trabalhos mais longos.

Análises podem ser encomendadas pelo governo ou instituições de ensino — com o objetivo de obter opiniões independentes — ou até pela imprensa americana, que anualmente, em junho, publica edições especiais sobre a situação de cada universidade em relação aos seus cursos, para auxiliar futuros estudantes a fazerem suas escolhas. Por fim, o próprio governo federal, através de seus ministérios, examina o desempenho de cursos para decidir quais serão os receptores de financiamento para pesquisas nos mais diversos campos.

O exame não é necessariamente levado a cabo pelo Departamento de Educação. O Departamento de Transportes, por exemplo, avalia o desempenho de cursos de engenharia para escolher aqueles que participarão de pesquisas de transporte coordenadas por órgãos governamentais. Mas o governo americano, vez por outra, conduz pesquisas mais gerais sobre o estado do ensino superior no país, fazendo recomendações para melhorar sua qualidade.